



Prefeitura Municipal de Tabira - 2022

Rua Albertina Xavier Pires, 239 - Centro
Tabira/PE - CEP: 56780-000
CNPJ Nº: 10.349.041/0001-41 Telefone: (87) 38471156

Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022 - Consolidado

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Receitas Correntes (I) (Nota 1)	64.290.000,00	64.290.000,00	91.605.829,13	27.315.829,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.225.000,00	3.225.000,00	5.166.482,33	1.941.482,33
Impostos	2.708.000,00	2.708.000,00	4.530.546,89	1.822.546,89
Taxas	507.000,00	507.000,00	635.935,44	128.935,44
Contribuição de Melhoria	10.000,00	10.000,00	-	-10.000,00
Contribuições	950.000,00	950.000,00	851.607,69	-98.392,31
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições Econômicas	-	-	-	-
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação	-	-	-	-
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	950.000,00	950.000,00	851.607,69	-98.392,31
Receita Patrimonial	150.000,00	150.000,00	959.446,79	809.446,79
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	150.000,00	150.000,00	959.446,79	809.446,79
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	30.000,00	30.000,00	-	-30.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	30.000,00	30.000,00	-	-30.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	59.755.000,00	59.755.000,00	83.498.958,19	23.743.958,19





Prefeitura Municipal de Tabira - 2022

Rua Albertina Xavier Pires, 239 - Centro
Tabira/PE - CEP: 56780-000
CNPJ Nº: 10.349.041/0001-41 Telefone: (87) 38471156

Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022 - Consolidado

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências da União e de suas Entidades	33.480.000,00	33.480.000,00	54.263.840,84	20.783.840,84
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	8.215.000,00	8.215.000,00	8.294.073,97	79.073,97
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	1.090.000,00	1.090.000,00	-	-1.090.000,00
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-
Transferências de Outras Instituições Públicas	16.950.000,00	16.950.000,00	20.941.043,38	3.991.043,38
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	180.000,00	180.000,00	1.129.334,13	949.334,13
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	60.000,00	60.000,00	-	-60.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	100.000,00	100.000,00	1.129.334,13	1.029.334,13
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	20.000,00	20.000,00	-	-20.000,00
Receitas de Capital (II) (Nota 2)	2.900.000,00	2.900.000,00	2.262.025,75	-637.974,25
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	60.000,00	60.000,00	-	-60.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	-	-50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	10.000,00	10.000,00	-	-10.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	2.840.000,00	2.840.000,00	2.262.025,75	-577.974,25
Transferências da União e de suas Entidades	2.640.000,00	2.640.000,00	2.132.048,25	-507.951,75
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	200.000,00	200.000,00	129.977,50	-70.022,50
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-





Prefeitura Municipal de Tabira - 2022

Rua Albertina Xavier Pires, 239 - Centro
Tabira/PE - CEP: 56780-000
CNPJ Nº: 10.349.041/0001-41 Telefone: (87) 38471156

Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022 - Consolidado

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
	(a)	(b)	(c)	(d) = (c - b)
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização de Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	67.190.000,00	67.190.000,00	93.867.854,88	26.677.854,88
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV) (Nota 3)	67.190.000,00	67.190.000,00	93.867.854,88	26.677.854,88
DÉFICIT (VI) (Nota 7)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	67.190.000,00	67.190.000,00	93.867.854,88	-
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-
(Utilizados para Créditos Adicionais)	-	-	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-





Prefeitura Municipal de Tabira - 2022

Rua Albertina Xavier Pires, 239 - Centro
Tabira/PE - CEP: 56780-000
CNPJ Nº: 10.349.041/0001-41 Telefone: (87) 38471156

Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022 - Consolidado

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII) (Nota 4)	56.863.408,34	84.125.876,34	83.968.844,38	83.920.684,90	82.236.922,65	157.031,96
Pessoal e Encargos Sociais	37.500.189,91	50.617.646,49	50.515.970,83	50.514.506,53	49.447.265,46	101.675,66
Juros e Encargos da Dívida	105.074,92	29.153,80	29.153,80	29.153,80	29.153,80	-
Outras Despesas Correntes	19.258.143,51	33.479.076,05	33.423.719,75	33.377.024,57	32.760.503,39	55.356,30
Despesas de Capital (IX) (Nota 5)	9.376.591,66	6.898.686,53	6.888.704,53	6.529.620,88	6.424.554,27	9.982,00
Investimentos	8.275.591,66	5.113.740,88	5.103.758,88	4.744.675,23	4.639.608,62	9.982,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	1.101.000,00	1.784.945,65	1.784.945,65	1.784.945,65	1.784.945,65	-
Reserva de Contingência (X)	950.000,00	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	67.190.000,00	91.024.562,87	90.857.548,91	90.450.305,78	88.661.476,92	167.013,96
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII) (Nota 6)	67.190.000,00	91.024.562,87	90.857.548,91	90.450.305,78	88.661.476,92	167.013,96
SUPERÁVIT (XIV) (Nota 7)	-	-	3.010.305,97	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	67.190.000,00	91.024.562,87	93.867.854,88	90.450.305,78	88.661.476,92	-2.843.292,01
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-





Prefeitura Municipal de Tabira - 2022

Rua Albertina Xavier Pires, 239 - Centro
Tabira/PE - CEP: 56780-000
CNPJ Nº: 10.349.041/0001-41 Telefone: (87) 38471156

Balanco Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64
2022 - Consolidado

Execução de Restos a Pagar Não Processados	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior				
	(a)	(b)				
Despesas Correntes	-5.799,54	1.749.967,10	493.825,49	493.825,49	1.250.342,07	-
Pessoal e Encargos Sociais	-5.799,54	314,28	-	-	-5.485,26	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	1.749.652,82	493.825,49	493.825,49	1.255.827,33	-
Despesas de Capital	209.551,45	282.551,82	360.956,81	349.447,71	131.146,46	11.509,10
Investimentos	209.551,45	282.551,82	360.956,81	349.447,71	131.146,46	11.509,10
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL (Nota 8)	203.751,91	2.032.518,92	854.782,30	843.273,20	1.381.488,53	11.509,10



Prefeitura Municipal de Tabira

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVÃO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e6a014df-af59-4674-8a2f-bfb2404316c8

a) Informações Gerais

a.1. Nome da entidade

Prefeitura Municipal de Tabira

CNPJ: 10.349.041/0001-41

a.2. Domicílio da entidade

Rua Albertina Xavier Pires, 239

Centro, Tabira – PE

CEP: 56780-000

a.3. Dados do gestor

MARIA CLAUDENICE PEREIRA MELO CRISTOVÃO

Cargo: PREFEITA

CPF: 370.416.144-68

a.4. Dados do contador responsável pelos aspectos formais das demonstrações contábeis inclusive das notas explicativas

MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR

CRC: 16643/O-1

a.5. Natureza das operações e principais atividades da entidade

A Prefeitura Municipal de Tabira concebida quanto à natureza jurídica perante à Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “Administração Pública em Geral”. Durante o exercício de 2022 a execução orçamentária foi feita baseada na Lei Municipal nº 1151 de 21 de dezembro de 2021 (LOA 2022). Sua fonte financeira deriva da arrecadação de tributos e demais receitas correntes, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital).

a.6. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis

Este balanço contábil foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07 (atualizado em Janeiro/2020). Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF/ME nº 117, de 28 de outubro de 2021, Portaria Interministerial STN/SPREV/ME/MTP nº 119, de 04 de novembro de 2021, Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021 e nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11, Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 13, Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Declaramos ainda que este demonstrativo atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está em conformidade as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

a.7. Aspectos relevantes sobre a consolidação das demonstrações contábeis

Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações consolidadas da(s) seguinte(s) Entidades do Município de Tabira:

Prefeitura Municipal de Tabira, Câmara Municipal de Tabira, Fundo Municipal de Saúde de Tabira, Fundo Municipal de Assistência Social de Tabira, Fundo Municipal de Educação de Tabira.

b) Resumo das Políticas Contábeis Significativas

b.1. Estrutura e apresentação das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (Parte V do MCASP e NBC 16.6) ajustado ao ICC do TCE-PE

Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando quadro principal da receita orçamentária detalhada por categoria econômica e origem. O demonstrativo evidencia a previsão inicial da receita, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar; e separadamente: receitas correntes, receitas de capital, recursos arrecadados em exercícios anteriores, subtotal das receitas, operações de crédito/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, déficit e saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais). Quanto aos desembolsos, este demonstrativo detalha a despesa por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o

Prefeitura Municipal de Tabira

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVÃO
Acesse em: <https://tce.tece.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e6a014df-af59-4674-8a2f-bfb2404316c8

saldo das dotações. As despesas são segregadas em: despesas correntes, despesas de capital, reserva de contingência, reserva de RPPS, subtotal das despesas, amortização da dívida/refinanciamento, subtotal com refinanciamento, subtotal com refinanciamento e superávit. Já os restos a pagar são evidenciados por um quadro principal, um quadro da execução dos restos a pagar não processados e um quadro de restos a pagar processados e não processados liquidados e inclui no quadro da execução dos restos a pagar não processados constando: os restos inscritos em exercícios anteriores, inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior, liquidados, pagos, cancelados e saldo. Este demonstrativo demonstra em caso de desequilíbrio orçamentário o déficit decorrente da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais ou pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b.2. Bases de mensuração utilizadas

Quanto ao sistema orçamentário, de acordo com art. 35 da Lei no 4.320/64 e NBCASP, será utilizado o regime misto nas operações orçamentárias. De caixa para as receitas e competência para as despesas. O orçamento para o exercício de 2022 seguiu a estrutura da despesa até o nível de elemento, as receitas serão apresentadas por natureza e as despesas serão utilizadas a classificação funcional e por natureza. As receitas são apresentadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como restituições, retificações, deduções para o Fundeb e outros conforme regras estabelecidas na Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários do MCASP 8ª edição. Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

Quanto a execução orçamentária e fiscal os atos e fatos contábeis se basearam nas políticas de registros patrimoniais dos grupos descritos a seguir:

b.2.1. O caixa e equivalente de caixa

Incluem dinheiro, demais valores depositados em instituições bancárias e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e quando estes recursos são aplicados, são acrescidos os rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Em algumas situações poderão estar registrados no caixa e equivalentes de caixa, valores no grupo “depósitos restituíveis”, que são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias do atributo “F” de financeiro. Poderá a equipe contábil, analisado cada caso, e decorrente do prazo de realização destes valores, proceder os lançamentos de ajustes do curto para o longo prazo, alterando o atributo das contas para “P” de permanente, sempre utilizando variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, ao tempo que não prejudica o resultado do exercício.

b.2.2. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários; créditos não tributários; dívida ativa; transferências concedidas; empréstimos e financiamentos concedidos; adiantamentos; e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicável. É registrado também o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

b.2.3. Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo

São as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinadas à negociação e que não fazem parte das atividades operacionais do município. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. Quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas de tais ativos.

b.2.4. Estoques

Compreendem as mercadorias para uso (dentre elas, os estoques reguladores do município), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado. Os estoques, são avaliados e mensurados da seguinte forma: nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado. Para os ativos desse item, quando mensuráveis, são registrados os ajustes para perdas.

b.2.5. Ajuste para perdas dos créditos tributários

Os créditos tributários são ajustados contabilmente com base no percentual de perda real calculado sobre o saldo do estoque da dívida em 01 de janeiro de 2021, em comparação com o valor efetivamente arrecadado até o dia 31 de dezembro de 2021, o qual apresentará o percentual de efetividade de arrecadação e de perda. Desta forma, ao se identificar o percentual de perda de arrecadação é realizado lançamento em conta retificadora de ativo do montante provável de insucesso de arrecadação.

b.2.6. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando possuem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de

Prefeitura Municipal de Tabira

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº 4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVÃO
Acesse em: <https://eccc.tee.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: e6a014df-4f59-4674-8a2f-b1b2404316c8

gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. O setor de patrimônio Prefeitura Municipal deverá fornecer em tempo hábil ao setor contábil as informações sintéticas do imobilizado, inclusive com os valores relativos à depreciação, amortização e/ou exaustão, os valores da redução ao valor recuperável (impairment) e possíveis reavaliações. Quando estas informações não são disponibilizadas o imobilizado apresenta equivocadamente aumento de valor sem os devidos ajustes determinados pelos normativos contábeis.

b.2.7. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando possuírem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

b.2.8. Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta, suas autarquias e fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBCASP e o MCASP. Por simetria, adotando os critérios de mensuração utilizados pelo governo federal sugerimos a utilização dos procedimentos contábeis do Manual SIAFIWeb, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

b.2.9. Passivo circulante e não circulante

As obrigações do município são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; empréstimos e financiamentos; fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; obrigações de repartições a outros entes (exclusivo no passivo circulante); provisões; e demais obrigações. Além disso, o resultado diferido consta especificamente do passivo não circulante.

b.2.10. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, do município a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (emissão de títulos da dívida pública) e dívida contratual (contratos de empréstimos). Os empréstimos são avaliados observando-se os seguintes critérios: I. Dívida Pública Mobiliária Interna (DPMI): pelo valor a pagar ao final do período, incluindo os deságios, juros e encargos por competência devidos até o fechamento do exercício; II. Dívida Pública Externa (DPE): por seu saldo devedor (principal, acrescido dos juros apropriados por competência de cada obrigação). É realizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, de acordo com a cotação cambial da data de elaboração das demonstrações contábeis.

b.2.11. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas; riscos fiscais; riscos cíveis; repartição de créditos tributários; provisões matemáticas; e outras. As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e é possível estimar o seu valor com suficiente segurança. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do município, está registrada no passivo não circulante.

b.2.12. Apuração do resultado

No modelo de contabilidade aplicada ao setor público, é possível a apuração dos seguintes resultados: I. Patrimonial; II. Orçamentário; e III. Financeiro. A apuração do resultado patrimonial consiste no confronto das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o município e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para o município, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais. O regime orçamentário do Prefeitura Municipal segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do município. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades do município, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

b.3. Novas normas e políticas contábeis alteradas

Prefeitura Municipal de Tabira

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVAO
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epm/validaDoc.seam> Código do documento: e6a014df-af59-4674-8a2f-bfb2404316c8

Não houve mudanças nas políticas contábeis utilizadas que impliquem em alteração significativas no Balanço Orçamentário.

b.4. Julgamento pela aplicação das políticas contábeis

Não houve julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao Balanço Orçamentário.

c) Informações de Suporte e Detalhamento de Itens Apresentados nas Demonstrações Contábeis Através das Referências Cruzadas

c.1 Orçamento do município de Tabira – Exercício de 2022

A receita orçamentária prevista para o exercício de 2022 foi de R\$ 67.190.000,00 e a despesa foi fixada no valor de R\$ 67.190.000,00, ocorreram atualizações por meios de decretos de suplementações orçamentárias, basicamente por convênios firmados com órgãos do governo federal e estadual, bem como por remanejamento de dotações orçamentárias visando adequar a realidade dos órgãos solicitantes, resultando em uma previsão atualizada de R\$ 91.024.562,87, assim distribuídas:

Lei Orçamentária			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
RECEITAS CORRENTES	64.290.000,00	DESPESAS CORRENTES	56.863.408,34
RECEITAS DE CAPITAL	2.900.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	9.376.591,66
		RESERVA DE CONTINGÊNCIA E DO RPPS	950.000,00
TOTAL	67.190.000,00	TOTAL	67.190.000,00

c.2. Notas com Referenciadas Cruzadas

A seguir serão apresentadas as referências cruzadas com o título “Nota” seguida do respectivo número, baseadas em grupos de contas ou informações do balanço facilitando a interpretação dos usuários:

Nota 1: Receitas Correntes

A previsão de arrecadação de receitas corrente da entidade para o exercício de 2022 foi de R\$ 64.290.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 91.605.829,13, o que representa um superávit de arrecadação corrente de R\$ 27.315.829,13.

Nota 2: Receitas de Capital

A previsão de arrecadação de receitas de capital da entidade para o exercício de 2022 foi de R\$ 2.900.000,00. Durante o exercício o valor arrecadado foi de R\$ 2.262.025,75, o que representa um déficit de arrecadação corrente de R\$ 637.974,25.

Nota 3: Total das Receitas

O total de receitas previstas para o exercício de 2021 conforme Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 67.190.000,00 sendo arrecadado o valor de R\$ 93.867.854,88o que gerou um superávitde arrecadação de R\$ 26.677.854,88. Desta forma, o coeficiente geral de arrecadação foi de 139,71%.

Nota 4: Despesas Correntes

As despesas correntes fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 56.863.408,34, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 84.125.876,34, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 83.968.844,38. As liquidações totalizaram R\$ 83.920.684,90, sendo pagos o montante de R\$ 82.236.922,65, restando de economia orçamentária corrente no valor de R\$ 157.031,96

Nota 5: Despesas de Capital

As despesas de capital fixadas para o exercício de 2022 foram de R\$ 9.376.591,66, atualizada pelos créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 6.898.686,53, o qual serviu de base para o empenhamento no valor de R\$ 6.888.704,53. As liquidações totalizaram R\$ 6.529.620,88, sendo pagos o montante de R\$ 6.424.554,27, restando de economia orçamentária de capital no valor de R\$ 9.982,00

Nota 6: Total das Despesas

A despesa total autorizada para o exercício de 2022 foi de R\$ 67.190.000,00 somando-se os créditos adicionais tem-se o valor de R\$ 91.024.562,87. O valor total empenhado foi de R\$ 90.857.548,91, o liquidado R\$ 90.450.305,78, e o pago R\$ 88.661.476,92. A economia orçamentária foi de R\$ 167.013,96. O coeficiente de execução foi de 99,82%.

Nota 7: Resultado Orçamentário

A execução orçamentária compara as receitas arrecadadas R\$ 93.867.854,88, menos as despesas empenhadas R\$ 90.857.548,91, houve um superávit de execução orçamentária na ordem de R\$ 3.010.305,97. É necessário deixar evidente que este demonstrativo em sua estrutura definida em lei reflete apenas o aspecto orçamentário.

Orçamento
Receita

Prefeitura Municipal de Tabira

Nota Explicativa Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVÃO
Acesse em: <https://stc.tee.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: e6a014df-4f59-4674-8a2f-bfb2404316c8

Realizada	93.867.854,88
Prevista	67.190.000,00
(=) Excesso de Arrecadação	26.677.854,88
Despesa	
Realizada	90.857.548,91
Previsto	91.024.562,87
(=) Economia Orçamentária	167.013,96
Resultado	
(+) Receita Realizada	93.867.854,88
(-) Despesa Executada	90.857.548,91
(=) Superávit / Déficit de Execução	3.010.305,97

Nota 8: Execução de Restos a Pagar Não Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 203.751,91, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 2.032.518,92. Desde montante foram pagos R\$ 843.273,20 e cancelados R\$ 1.381.488,53, restando de saldo a pagar R\$ 11.509,10

Nota 9: Execução de Restos a Pagar Processados

Os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores totalizam R\$ 203.527,88, e inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior R\$ 7.851.439,67. Desde montante foram pagos R\$ 7.374.272,83 e cancelados R\$ 0,00, restando de saldo a pagar R\$ 680.694,72

c.3. Procedimentos adotados em relação aos Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Os restos a pagar não processados liquidados foram transferidos ao final do exercício para restos a pagar processados conforme determinação do MCASP.

c.4. Utilização do Superávit Financeiro e/ou Reabertura de Créditos Especiais ou Extraordinários

Não houve abertura de crédito adicional utilizando a fonte de equilíbrio Superávit Financeiro o que justificaria possível desequilíbrio orçamentário. Não houve também a reabertura de saldos de dotações devido a créditos adicionais especiais ou extraordinário abertos nos últimos quatro meses do exercício de 2021.

c.5. Detalhamento das Receitas Intra-Orçamentárias

Foi arrecadado no exercício de 2022 o valor de R\$ 0,00, decorrentes de receitas intra-orçamentárias auferidas entre a PM e o Regime Próprio de Previdência Municipal.

RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITA REALIZADA (c)	SALDO A REALIZAR (d) = (c)-(b)
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

c.6. Detalhamento das Despesas Intra-Orçamentárias

No exercício de 2022 o valor empenhado de despesas intraorçamentárias foi de R\$ 0,00, decorrentes das contribuições previdenciárias em favor do Regime Próprio de Previdência.

DESPEZA INTRAORÇAMENTÁRIA	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
DESPESAS CORRENTES	857,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	857,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

c.7. Despesa Executada por Tipo de Crédito (Inicial, Suplementar, Especial e Extraordinário)

Das dotações orçamentárias iniciais somados com os créditos suplementares foi empenhado o valor de R\$ 90.785.560,91

TIPOS DE CRÉDITO	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e)-(f)
INICIAL	67.190.000,00	67.190.000,00	45.491.123,83	45.478.205,40	45.220.971,23	21.698.876,17
SUPLEMENTAR	0,00	50.922.676,56	45.128.237,08	44.733.912,38	43.202.407,69	5.794.439,48
ESPECIAL	0,00	350.000,00	166.200,00	166.200,00	166.110,00	183.800,00
EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REMANEJAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Prefeitura Municipal de Tabira

Nota Explicativa Balanço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por: MIGUELITO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, MARIA CLAUDENICE PEREIRA DE MELO CRISTOVAM
Acesso em: https://steec.ce.gov.br/epp/validaDoc.seam Código do documento: e6a014df-4f59-4674-8a2f-bfb2404316c8

TOTAL	67.190.000,00	118.462.676,56	90.785.560,91	90.378.317,78	88.589.488,92	27.677.156,55
-------	---------------	----------------	---------------	---------------	---------------	---------------

c.8. Atualização monetária autorizadas por lei antes e após a publicação da LOA

Não houve atualização monetária autorizadas por lei utilizadas neste demonstrativo.

c.9. Detalhamento dos Recursos de Exercícios Anteriores utilizados para financiar as Despesas

Orçamentárias do Exercício Corrente

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa vindas do exercício de 2021 foram de R\$ 10.616.293,69. Destes valores vindos do exercício anterior, quanto aos recursos próprios, foram utilizados para realização de despesas orçamentárias do exercício corrente, enquanto os recursos vinculados obedeceram às regras definidas em legislação própria.

c.10. Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas para dar suporte ao Déficit Orçamentário:

As transferências financeiras concedidas somam R\$ 20.960.284,82. Enquanto as recebidas somam R\$ 20.969.487,16, estas ingressas a título de repasses recebidos, para o exercício financeiro de 2022.

d) Outras Informações Relevantes

d.1. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos

Não se aplica a este demonstrativo.

d.2. Divulgações não financeiras

Não se aplica a este demonstrativo.

d.3. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro

Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d.4. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros

Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

e) Adequação ao PIPCP:

As informações apresentadas neste Balanço, com base nos seus elementos constituintes e peculiares, foram geradas a partir do atendimento aos prazos estabelecidos na adequação dos itens verificados no PIPCP (Plano De Implantação Dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais), em consonância ao §4º do artigo 1º da Portaria STN nº 548/2015.

RESOLUÇÃO TC Nº 190, de 14 de DEZEMBRO de 2022 ANEXO I DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER EXECUTIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP

Ação	Adoção de Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Escrituração contábil conforme o MCASP	Sistema informatizado adequado aos registros	Secretaria de Finanças	31.12.2013	Concluída
2. Implantar rotina de procedimento contábil	Sistema informatizado adequado aos registros	Secretaria de Finanças	31.12.2013	Concluída

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP¹

Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos oriundos de receitas tributárias e de contribuições (exceto créditos previdenciários), bem como dos respectivos encargos, multas, ajustes para perdas e registro de obrigações relacionadas à repartição de receitas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Estabelecer uma nova sistemática para identificar o momento do lançamento do crédito (fato gerador).	Metodologia de reconhecimento do crédito tributário e não tributário.	Secretaria de Finanças	01.01.2022	Em andamento

Prefeitura Municipal de Tabira

Nota Explicativa Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento assinado digitalmente por: MICHELLO RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, CPF: 050.467.742/27-91, em 20/09/2020 às 16:58:00. Acesse em: https://eic.tce.pe.gov.br/ppp/validaDocumento.aspx?CodigoDocumento=66814df8-9504-4677-27-91

2. Adaptar o sistema para que ele possa captar ou receber a informação do crédito a partir de seu lançamento.	Sistema de informatizado adequado à metodologia de registro dos créditos tributários ou não por competência.	Secretaria de Finanças	01.01.2022	Em andamento
3. Efetuar encaminhamento para inscrição em dívida ativa dos créditos eventualmente não recebidos.	Decreto de regulamentação da inscrição de créditos tributários e não tributários	Secretaria de Finanças	01.01.2022	Em andamento
4. No caso dos créditos confirmados, reclassificar o direito a receber como dívida ativa.	Dívida ativa devidamente contabilizada.	Secretaria de Finanças	01.01.2022	CONCLUIDO
5. Definir a probabilidade de perda com base no histórico de recebimentos da dívida ativa, efetuando o registro da expectativa do valor recuperável.	Metodologia de reconhecimento de ajuste para perdas da dívida ativa. Ajustes para perdas devidamente contabilizadas.	Secretaria de Finanças	01.01.2022	Em andamento

¹ Alguns procedimentos contábeis patrimoniais tiveram seus prazos prorrogados e seguirão os padrões do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, normatizado pela Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos previdenciários em como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Levantamento dos créditos previdenciários a receber.	Sistema informatizado de controle de créditos a receber	Secretaria de Finanças	01.01.2022	Em andamento
2. Desenvolvimento de metodologia e contabilização dos ajustes e perdas.	Ato Normativo	Secretaria de Finanças	01.01.2022	Em andamento

Ação	3. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, (exceto créditos tributários, previdenciários e de contribuições a receber) em como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Levantamento dos créditos a receber.	Sistema informatizado de controle de créditos a receber	Secretaria de Finanças	01.01.2019	Concluída
2. Desenvolvimento de metodologia e contabilização dos ajustes e perdas.	Ato Normativo	Secretaria de Finanças	01.01.2019	Concluída

Ação	4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da Dívida Ativa, tributária e não-tributária, e respectivo ajuste para perdas.			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Levantamento geral dos créditos inscritos na Dívida Ativa, confrontando com o cadastro de contribuinte.	Relatório do setor de Tributos	Secretaria de Finanças	Imediato	Concluída
2. Enviar ao setor de contabilidade para proceder com os ajustes e controles necessários.	Relatório do setor de Tributos	Secretaria de Finanças	Imediato	Concluída

Ação	5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das provisões por competência.			
-------------	--	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Estabelecer uma nova sistemática para identificar o momento do fato gerador da obrigação potencial.	Metodologia de reconhecimento das obrigações e provisões por competência.	Secretaria de Finanças	01.01.2021	Em andamento
2. Verificar se a obrigação potencial é decorrente de um fato passado (legal ou não formalizado).	Demonstrativo de obrigações decorrentes da fatos passados.	Secretaria de Finanças	01.01.2021	Em andamento
3. Verificar se é possível estimar confiavelmente o montante da obrigação potencial.	Demonstrativo de obrigações decorrentes da fatos passados com confiabilidade para escrituração.	Secretaria de Finanças	01.01.2021	Em andamento
4. Caso as premissas sejam satisfeitas, efetuar o registro da provisão na contabilidade.	Sistema informatizado adequado à metodologia de registro de obrigações e provisões por competência.	Secretaria de Finanças	01.01.2021	Em andamento

² As provisões incluem, dentre outras, as decorrentes de demandas judiciais trabalhistas e cíveis, bem como as provisões de repartição tributária.

Ação	6. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
-------------	---	--	--	--

Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
---------	---------	-------------	-------------	----------------

Prefeitura Municipal de Tabira

Nota Explicativa Balço Orçamentário

Anexo 12, Lei nº4.320/64



Documento Assinado Digitalmente por MIGUEL RODRIGUES DE ALMEIDA JUNIOR, Nº 15942740431668
 Acesse em https://atp.pec.gov.br/validar.aspx?codigo_documento=6600

1. Verificar os ativos e passivos contingentes que devem ser lançados em contas de controle e em notas explicativas.	Metodologia de evidenciação de ativos e passivos.	Secretaria de Finanças	01.01.2021	Em andamento
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis, imóveis e intangíveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Efetuar levantamento físico dos bens, identificando quando cada bem foi colocado em uso, sua localização e vida útil.	Relatório da comissão designada, inclusive com detalhamento do patrimônio, baseado em perícia ou referência de mercado.	Secretaria de Administração e Planejamento	01.01.2021	Em andamento
2. Reavaliação de bens.	Decreto de regulação de reavaliação dos ativos.	Secretaria de Administração e Planejamento	01.01.2021	Em andamento
3. Realizar conferência do inventário físico com os bens registrados na contabilidade.	Relatório da comissão designada, inclusive com detalhamento do ente, baseado em perícia ou referência de mercado devidamente evidenciado na contabilidade.	Secretaria de Administração e Planejamento	01.01.2021	Em andamento
4. Caso algum bem registrado na contabilidade não conste do inventário; abrir processo para apuração de responsabilidade e, oportunamente, efetuar a baixa de bem.	Rotina de procedimentos para apuração de responsabilidade sobre bens móveis e imóveis.	Secretaria de Administração e Planejamento	01.01.2021	Em andamento
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens de infraestrutura; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Efetuar levantamento dos bens de infraestrutura.	Relatório da comissão designada.	Secretaria de Administração e Planejamento	01.01.2024	Não iniciada
2. Reavaliação dos bens.	Relatório da comissão designada.	Secretaria de Administração e Planejamento	01.01.2024	Não iniciada
3. Realizar inventário dos bens.	Relatório da comissão designada.	Secretaria de Administração e Planejamento	01.01.2024	Não iniciada
Ação	9. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do patrimônio cultural; respectiva depreciação, amortização ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (quando passível de registro segundo IPSAS, NBC TSP e MCASP).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Levantamento dos bens do patrimônio cultural.	Relatório da comissão designada.	Secretaria de Administração e Planejamento	01.01.2024	Não iniciada
2. Reavaliação dos bens do patrimônio cultural.	Relatório da comissão designada.	Secretaria de Administração e Planejamento	01.01.2024	Não iniciada
Ação	10. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Levantamento das obrigações por competência decorrentes de empréstimos, financiamentos e dívidas contratuais e mobiliárias.	Metodologia de reconhecimento das obrigações por competência.	Secretaria de Finanças.	01.01.2021	Não iniciada
Ação	11. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1. Verificação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados.	Metodologia de reconhecimento das obrigações por competência.	Secretaria de Finanças.	01.01.2019	Concluída
Ação	12. Reconhecimento, mensuração e evidenciação da provisão atuarial do regime próprio de previdência dos servidores públicos civis e militares.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

